

Elecpor: “Temos que ser capazes de assegurar uma transição que seja eficiente e justa, mas também robusta”

5 de Novembro, 2021

“Armazenamento” e “Digitalização” são dois temas indissociáveis quando se fala no setor elétrico. Foi precisamente em torno destes temas que se realizou esta sexta-feira, 5 de novembro, em Lisboa, o 12.º Encontro da **Elecpor** (Associação Portuguesa das Empresas do Setor Elétrico).

Na sessão de abertura, Ana Paula Marques, presidente da Elecpor, salientou a importância do “armazenamento” e da “digitalização”, no sentido em que, além de estarem ligados ao nível da “otimização técnica e económica” daquilo que são os “recursos”, as “infraestruturas” e as “tecnologias” também representam “oportunidades” e “desafios” que são cruciais num panorama marcado pela “transição energética”, pela “transformação digital”, pela “relação com as comunidades, planeta e ambiente”, pela “descarbonização” e pelas “metas climáticas”.

Citando as estimativas, a responsável refere que serão precisos mais de 500 GW de capacidade flexível na Europa até 2030, incluindo soluções de armazenamento e de gestão de procura para se conseguir garantir o equilíbrio do sistema elétrico: “Em contexto exigente e complexo, a energia, em geral, e o setor elétrico, em particular, terão um papel-chave, bem como o esforço coletivo que vai ser necessário para se garantir um futuro mais sustentável e funcionando num verdadeiro ecossistema entre governos, academia, empresas e cidadãos”.



Relativamente àquilo que poderá ser o posicionamento dos agentes do setor elétrico para que seja garantida a “energia do futuro” em condições técnicas, económicas e sociais que sirvam as gerações atuais e futuras, a responsável assegura que o setor elétrico tem um “considerável histórico de trabalho e de investigação nos temas do armazenamento e digitalização”, sendo também um setor “sujeito” a grandes transformações mas desempenhando um papel de “motor” nesses momentos como, por exemplo, na “evolução dos conceitos”, dos “métodos dos equipamentos” e dos “métodos em toda a cadeia de valor”, desde as “operações” à “gestão dos sistemas elétricos”.

“Hoje, apela-se a novos intervenientes e a novos papéis face às possibilidades de decisão e atuação em tempo real, à justa alocação de custos, à formação de preços e à sua arbitragem em mercados locais, nacionais e internacionais”, destaca Ana Paula Marques, acrescentando que, “com o aumento da penetração de fontes de energia renovável, nomeadamente, do solar, os padrões de preços diários irão evoluir”.

Para a presidente da Elecpor, o sistema elétrico está coberto de “potenciais aplicações” que apenas serão possíveis de se concretizar através da digitalização : “Quando olhamos para a robustez dos sistemas e para a evolução em cada um dos blocos da cadeia de valor, a digitalização vai ser fundamental para conseguirmos trazer mais inteligência e resiliência a tudo aquilo que são as nossas infraestruturas”. E aquilo que está no ADN da Elecpor, passa por responder às “exigências de desenvolvimento económico, social e bem-estar da população”, com o compromisso de “não deixar ninguém para trás”. Tal compromisso, que está interligado com a transição energética, implica que, por um lado, “não ocorra a pobreza energética”, mas, por outro, a “aposta daquilo que será criado em termos de empregos verdes”. Dando como exemplo as metas que têm de ser cumpridas, Ana Paula Marques aponta o hidrogénio como um bom exemplo, onde poderão surgir “novas tecnologias” e, por outro lado, o surgimento de “novos empregos”.

Mais uma vez, o cenário europeu não deixa margem para dúvidas: “A Lei do Clima e o pacote legislativo do “Fit for 55” exigem ao setor elétrico significativos planos de investimento em coordenação com faseamento ou reconversão de centrais térmicas de tecnologia convencional”, atenta. O momento é, por isso, de “redução de emissões” e de “moderação de preços”, mas também o de “assegurar redes robustas e abrangentes e de resposta rápida”. Isso implica “maior intervenção dos consumidores”, mas também “assegurar soluções inovadoras” e, conseqüentemente, um sistema cada vez mais digitalizado: “Temos pela frente um esforço muito considerável e temos que ser capazes de assegurar uma transição que seja eficiente, justa e robusta”.

Como notas finais, a responsável aponta a “inovação e digitalização” em sintonia com o “diálogo” entre empresas, academia, parceiros, políticas públicas e ação regulatória, a fim de serem “alcançados objetivos comuns à sociedade e ao planeta”.

[blockquote style="2"]0 Block Storage é uma necessidade[/blockquote]



Face à previsível evolução do portfólio de geração de energia em Portugal, **João Peças Lopes**, professor da FEUP (Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto) e director do INESC TEC, não tem dúvidas de que será preciso uma “capacidade firme” para se garantir a segurança de abastecimento e que só será conseguida com “centrais de ciclo combinado e, depois, um sistema de sequestro de carbono”. Ainda assim, a “potência firme” tem que estar associada a uma “solução de descarbonização” sem emissões de CO₂.

Quando se fala em futuro, o docente é perentório: “O Block Storage é uma necessidade. Vamos precisar de ter capacidade de armazenamento com diferentes horizontes temporais, isto é, mover energia de uns períodos para os outros e que passa desde armazenamento sazonal até ao armazenamento diário, com base em arbitragem ou armazenamento para responder a variações que ocorrem no sistema”. Caso contrário, corre-se o risco de haver excesso de energia renovável que não é utilizada: “Essa é uma opção que não faz sentido”. Aliás, há uma necessidade de “garantia de segurança de abastecimento” e, precisamente, uma “solução que conjugasse esse armazenamento de excesso de produção renovável com capacidade de injeção de potência a partir desse excesso que seria armazenado”, colmatando, assim, os “problemas de segurança de abastecimento”. Sendo esta uma “solução virtuosa e possível”, João Peças Lopes não deixa de sublinhar a importância de existir uma “análise económica”: “É uma solução que deve estar na equação e que tem de ser vista numa perspetiva de definição de políticas públicas de decisões para o futuro que têm de ser suportadas por quadro regulatório”.